



CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 4ª REGIÃO

EDITAL Nº 01/2013

201 – PROCURADOR F57

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **70 (setenta) questões** objetivas de múltipla escolha e **01 (uma) questão discursiva (Peça Processual)**.
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
Um Caderno de Respostas personalizado para a Prova Discursiva (Peça Processual).
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade das Provas terá a duração de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2 (duas) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a Folha de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva e o Caderno de Questões.
- O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões faltando **60 (sessenta) minutos** para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que o candidato permaneça em sala até este momento, entregando suas Folhas de Respostas. A Folha de Respostas da Prova Objetiva e o texto transcrito no campo Texto Definitivo da Prova Discursiva, serão os únicos documentos válidos para correção.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas NÃO pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

INSTRUÇÕES – PROVA DISCURSIVA (PEÇA PROCESSUAL)

- Para realização da Prova Discursiva, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta.
- A Prova Discursiva deverá ser escrita com letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais de acentuação e pontuação.
- Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que apresentar sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- O rascunho é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal da sala.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

04/2013

Espaço reservado para anotação das respostas

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 4ª REGIÃO – 01/2013

201 – PROCURADOR F57

Nome: _____ Inscrição: _____



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **08 de abril de 2013**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a notícia abaixo para responder às questões de 1 a 9.

Família de Kevin deve receber parte de bilheteria do Corinthians

Lucas Reis, de São Paulo.

A família do garoto Kevin Espada, 14, morto por um sinalizador atirado por torcedores corinthianos em Oruro, na Bolívia, deve receber parte da bilheteria de um dos próximos jogos do Corinthians, seja da Libertadores, seja do Campeonato Paulista ou até mesmo um amistoso.

A informação obtida pela **Folha** foi confirmada nesta segunda-feira pelo próprio clube. A ideia foi sugerida na última sexta-feira durante uma reunião entre os cartolas alvinegros.

O Corinthians informou que pretende encontrar uma solução para o caso até o fim da próxima semana, independentemente do julgamento da Conmebol, que deve ocorrer em até três dias.

A família de Kevin

Uma das possibilidades é que o jogo contra o Tijuana, na semana que vem, no Pacaembu, seja o escolhido. Caso a decisão da Conmebol demore, ou seja desfavorável e o estádio continue com portões fechados, uma partida do Estadual será escolhida.

A ideia, segundo o Corinthians, não consta da defesa jurídica enviada à Conmebol na semana passada. O clube também não decidiu ainda o percentual da renda bruta ou líquida que será repassado.

A iniciativa de indenizar os parentes de Kevin, segundo apurou a reportagem, engloba uma investida para suavizar a imagem corinthiana, arranhada internacionalmente após o fatídico episódio.

Dentro do clube, há quem defenda que o Corinthians teve uma atitude jurídica perfeita, mas atabalhoada em relação à atitude e imagem.

Em Oruro, a **Folha** apurou que parentes de Kevin não concordaram com a atitude dos seus pais, que optaram por não entrar com ação pedindo uma indenização ao Corinthians. Limbert e Carola, os pais de Kevin, justificaram que não queriam ser acusados de utilizar o filho com fins mercantilistas.

“Ninguém [San José ou Corinthians] entrou em contato para dizer que se importa com o que aconteceu”, disse Limbert, há uma semana.

Luiz Felipe Santoro, advogado do clube, aguarda que a Conmebol julgue o clube até sexta -- o que viabilizaria a entrada da torcida no próximo jogo em casa, contra o Tijuana, na semana que vem. “Estou otimista, confio na argumentação jurídica do clube”, disse o advogado.

Fonte: Colaborou Eduardo Ohata, de São Paulo.
<http://www.folhaonline.com.br/>

1. De acordo com o texto, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A indenização aos parentes do garoto que foi vítima do sinalizador atirado por torcedores corinthianos, em Oruro, objetiva suavizar a imagem corinthiana, que foi manchada internacionalmente.
- () Para os pais de Kevin, seria mais importante que os clubes San José e Corinthians tivessem entrado em contato e manifestado pesar pelo acontecido do que quererem indenizá-los pela perda do filho.
- () A indenização a ser arrecadada será dos jogos do Corinthians da Libertadores, do Campeonato Paulista e de um amistoso.

- (A) F / V / V
- (B) V / F / F
- (C) F / F / V
- (D) V / V / F
- (E) V / F / V

2. Assinale a alternativa cujo vocábulo dos parênteses **não** corresponde ao sinônimo do termo destacado.

- (A) A ideia foi **sugerida** na última sexta-feira durante uma reunião entre os cartolas alvinegros. (aconselhada)
- (B) O clube também não **decidiu** ainda o percentual da renda bruta ou líquida que será repassado. (definiu)
- (C) Dentro do clube, há quem defenda que o Corinthians teve uma atitude jurídica perfeita, mas **atabalhoada** em relação à atitude e à imagem. (tranquila)
- (D) O Corinthians informou que **pretende** encontrar uma solução para o caso até o fim da próxima semana. (almeja)
- (E) Caso a **decisão** da Conmebol demore, uma partida do Estadual será escolhida. (deliberação)

3. Assinale a alternativa em que a conjunção destacada na frase **não** estabelece a mesma relação que a destacada no período abaixo.

A iniciativa de indenizar os parentes de Kevin, **segundo** apurou a reportagem, engloba uma investida para suavizar a imagem corinthiana.

- (A) **Conforme** o noticiário, aumentou o índice de desemprego na Europa.
(B) Apressou-se, **a fim de** entregar o trabalho na data estipulada.
(C) Ela atuou **de acordo com** o que o diretor a ensaiou.
(D) Compareceu a todas as sessões de terapia, **como** o médico a orientou.
(E) Maria agiu **consoante** seu intuito.

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à regência verbal, assinale a alternativa cujo verbo destacado apresenta a mesma regência do destacado no período abaixo.

Luiz Felipe Santoro, advogado do clube, aguarda que a Conmebol **julgue** o clube até sexta-feira.

- (A) Cícero **joga** futebol todos os finais de semana.
(B) **Esqueceram-se** da apresentação no Congresso.
(C) **Perdoou**-lhe uma dívida antiga.
(D) Sônia **estava** no Hotel Central.
(E) Bárbara **ficou** desolada com o resultado do exame.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e obedecendo às regras de passagem do discurso direto para o discurso indireto, assinale a alternativa correta relativa ao trecho abaixo.

"Estou otimista, confio na argumentação jurídica do clube", disse o advogado.

- (A) O advogado disse que esteve otimista, confiou na argumentação jurídica do clube.
(B) O advogado disse que estará otimista, confiará na argumentação jurídica do clube.
(C) O advogado disse que estaria otimista, confiaria na argumentação jurídica do clube.
(D) O advogado disse que estava otimista, confiava na argumentação jurídica do clube.
(E) O advogado disse que estivera otimista, confiara na argumentação jurídica do clube.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que a palavra destacada tenha a mesma classificação do termo destacado na oração abaixo.

Os pais de Kevin **não** pediram indenização ao Corinthians.

- (A) Os **familiares** mostraram-se chocados.
(B) **Talvez** processem a equipe.
(C) Ficaram revoltados com a **situação**.
(D) **Amigos** foram ao velório do menino.
(E) Sujeitos **a** linchamento, os torcedores fugiram.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à sintaxe, assinale a alternativa cujo termo destacado apresenta a mesma classificação que o da frase abaixo.

Os pais de Kevin não pediram indenização **ao Corinthians**.

- (A) O réu confessou **o crime**.
(B) Sílvio enviou flores **à soprano**.
(C) Todos ficaram **satisfeitos** com o resultado.
(D) Juliana entregou **a carta** ao advogado.
(E) Carlos permaneceu sentado **na escada**.

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa cuja palavra apresenta o mesmo processo de formação do vocábulo **indenização**.

- (A) Aguardente.
(B) Infeliz.
(C) Igualdade.
(D) Envernizar.
(E) Automóvel.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à sintaxe, assinale a alternativa cujo sujeito apresenta a mesma classificação que o sujeito destacado no período abaixo.

Ninguém entrou em contato com a família de Kevin.

- (A) Encontraram os culpados pelo atentado.
(B) O pai e a mãe do garoto estavam muito abatidos.
(C) Choveu muito em São Paulo.
(D) O clube teve uma atitude jurídica perfeita.
(E) Vive-se solitariamente nas grandes cidades.

10. Em relação à ocorrência ou não de crase, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Ontem à tarde encontrei um velho amigo de escola.
- (B) Quando foi a Londres, visitou todos os museus e igrejas.
- (C) Às vezes é melhor permanecer calado.
- (D) Por estar chovendo, o céu escureceu às três da tarde.
- (E) Lançaram um ferro à vapor sem fio.

11. As alternativas abaixo apresentam um trecho adaptado do site <http://entretenimento.br.msn.com/noticias.aspx>. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de pontuação, assinale a alternativa correta.

- (A) A revista italiana 'Chi' publicou as primeiras imagens do papa emérito Bento XVI, enquanto passeava pelos jardins do Palácio Apostólico de Castel Gandolfo, onde se hospeda atualmente, após sua renúncia ao pontificado ocorrida no último dia 28 de fevereiro.
- (B) A revista italiana 'Chi', publicou as primeiras, imagens do papa emérito Bento XVI, enquanto passeava pelos jardins do Palácio Apostólico de Castel Gandolfo, onde se hospeda atualmente, após sua renúncia ao pontificado ocorrida no último dia 28 de fevereiro.
- (C) A revista italiana 'Chi' publicou as primeiras imagens, do papa emérito Bento XVI, enquanto passeava, pelos jardins do Palácio Apostólico de Castel Gandolfo, onde se hospeda atualmente, após, sua renúncia ao pontificado ocorrida no último dia 28 de fevereiro.
- (D) A revista italiana 'Chi', publicou as primeiras imagens do papa emérito Bento XVI, enquanto passeava pelos jardins do Palácio Apostólico de Castel Gandolfo, onde se hospeda atualmente, após sua, renúncia ao pontificado ocorrida, no último dia 28 de fevereiro.
- (E) A revista italiana 'Chi' publicou, as primeiras imagens do papa emérito Bento XVI, enquanto, passeava pelos jardins do Palácio, Apostólico de Castel Gandolfo, onde se hospeda atualmente, após sua renúncia ao, pontificado ocorrida no último dia 28 de fevereiro.

12. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à acentuação, analise os trechos abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- I. Pessoas com problemas comportamentais têm dificuldade para _____ o certo do errado.
- II. O _____ intenso estressa os paulistanos.
- III. Preso em _____, o motorista não teve como disfarçar que estava alcoolizado.

- (A) discriminar/ tráfego/ flagrante
- (B) discriminar/ tráfego/ flagrante
- (C) discriminar/ tráfico/ flagrante
- (D) discriminar/ tráfico/ flagrante
- (E) discriminar/ tráfego/ flagrante

13. Assinale a alternativa em que o vocábulo dos parênteses apresenta o antônimo da palavra destacada.

- (A) A testemunha **delatou** o rapaz. (acusou)
- (B) Aquela região é **pobre**. (carente)
- (C) O réu pediu **dispensa** da testemunha. (isenção)
- (D) A fama é **efêmera**. (duradoura)
- (E) Aquela senhora é muito **elegante**. (alinhada)

14. Assinale a alternativa cuja frase apresenta a mesma figura de linguagem encontrada no período abaixo.

Assim que a criança nasceu, o pai ofereceu um havana para os presentes.

- (A) Joana vira uma fera quando chamam sua atenção.
- (B) Tropeçou no pé da mesa e machucou-se.
- (C) Márcia adora tomar um porto após o almoço.
- (D) Devorarei mil pedaços de bolo quando acabar a promessa de não comer doces.
- (E) A voz da cantora é doce e suave.

15. Leia as frases abaixo, substituindo os termos grifados pelo pronome correspondente, fazendo as adaptações necessárias e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. Bia escondeu **a papelada**.
- II. Murilo entrevistou **as candidatas** uma a uma.
- III. Ubirajara entregou o documento **a João**.
- IV. Evitaram **Carlos** o quanto puderam.

- (A) I. -a/ II. -as/ III. -lhe/ IV. -no
- (B) I. -na/ II. -as/ III. -o/ IV. -no
- (C) I. -na/ II. -lhes/ III. -lhe/ IV. -no
- (D) I. -a/ II. -as/ III. -o/ IV. -lhe
- (E) I. -a/ II. -lhes/ III. -lhe/ IV. -o

16. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de colocação pronominal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Quando me decepciono, é difícil perdoar.
- (B) Contar-lhe-ia tudo, se pudesse.
- (C) Talvez o encontremos em Paris.
- (D) Desejaram-nos muita sorte.
- (E) Recusei a proposta que fizeram-me.

17. De acordo com a norma-padrão e em relação às regras de concordância verbal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Havia muitas crianças carentes naquele colégio.
- (B) Choveram gargalhadas na plateia.
- (C) Faz anos que saí da empresa.
- (D) Bateu seis horas no relógio da Catedral.
- (E) Deve haver motivos para a recusa de Marisa.

18. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de concordância nominal, assinale a alternativa correta.

- (A) As evidências falam por si só.
- (B) A cozinha estava meia bagunçada.
- (C) Os legumes estão custando caro.
- (D) É permitida saída pela frente do bar.
- (E) Foi a mim mesmo que ele se referiu, disse a garota.

19. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de regência nominal, assinale a alternativa que **não** admite a preposição "a".

- (A) Aquela família é muito apegada _____ bens materiais.
- (B) Célia estava ávida _____ aventuras.
- (C) O marido de Marta parecia alheio _____ tudo.
- (D) O cartaz alertava que o filme era proibido _____ menores de 12 anos.
- (E) Davi ficava atento _____ todos os palestrantes.

20. Assinale a alternativa em que **todas** as palavras devam ser acentuadas.

- (A) Rubrica; impeto; tatica.
- (B) Ambulancia; melancia; vigilancia.
- (C) Futil; item; sutil.
- (D) Lider; polen; lapis.
- (E) Raiz; saude; juizes.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

21. Segundo as Resoluções CNE/CES nº 02/2007 e nº 04/2009, que dispõem sobre carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, não deverão exceder a 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.
- (B) A carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/1996, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo.
- (C) A duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas (60 minutos), passando a constar do respectivo Programa Pedagógico.
- (D) Os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Programas Pedagógicos do curso.
- (E) Os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Computação e Informática e Serviço Social têm carga horária mínima de 3.000 (três mil) horas e Educação Física de 3.200 (três mil e duzentas) horas.

22. De acordo com a Lei nº 9.394/1996, que traça as diretrizes sobre a educação nacional, analise as assertivas abaixo.

- I. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
- II. A educação superior tem por finalidade, entre outras, promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- III. Na educação superior, o ano letivo regular, que vincula-se ao ano civil, tem, no mínimo, 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- IV. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

23. Nos termos da Lei nº 9.394/1996, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A União aplicará, anualmente, nunca menos de 20% (vinte por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 30% (trinta por cento), ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.
- (B) O atraso da liberação da receita destinada à educação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.
- (C) Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, entre outras, aquelas realizadas com formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos.
- (D) A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.
- (E) Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, observados os requisitos legais.

24. Sobre a competência e composição do CONFEF, analise as assertivas abaixo.

- I. No exercício de suas atribuições, compete ao CONFEF funcionar como Tribunal Superior de Ética.
- II. O CONFEF é composto de 28 (vinte e oito) Conselheiros, dos quais 20 (vinte) são efetivos e 8 (oito) suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos, eleitos na forma que dispõe o estatuto, pelo Presidente de cada CREF e pelo último ex-Presidente que tenha cumprido integralmente o mandato.
- III. Todos aqueles que integram a composição do CONFEF são denominados Conselheiros Federais.
- IV. Em sua organização, o CONFEF é constituído pelos seguintes órgãos: Plenário, Diretoria, Presidência e Órgãos de Assessoramento.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

25. De acordo com a Resolução CONFEF nº 046/2002, analise as assertivas abaixo.

- I. A Educação Física contempla, entre outros, o seguinte significado: componente curricular facultativo, em todos os níveis e modalidades do ensino básico, cujos objetivos estão expressos em legislação específica e nos projetos pedagógicos.
- II. O Profissional de Educação Física exerce suas atividades por meio de intervenções, legitimadas por diagnósticos, utilizando-se de métodos e técnicas, de consulta, de avaliação, de prescrição e de orientação de sessões de atividades físicas e intelectivas, com fins educacionais, recreacionais, de treinamento e de promoção da saúde, observando a legislação pertinente e o Código de Ética Profissional e sujeito à fiscalização em suas intervenções no exercício profissional pelo Sistema CONFEF/CREFs.
- III. Considerando as exigências de qualidade e de ética profissional nas intervenções, o Profissional de Educação Física deverá estar capacitado, entre outras funções, para compreender, analisar, estudar, pesquisar (profissional e academicamente), esclarecer, transmitir e aplicar os conhecimentos biopsicossociais e pedagógicos da atividade física e desportiva nas suas diversas manifestações, levando em conta o contexto histórico cultural.
- IV. Consiste em especificidades da intervenção profissional na modalidade recreação em atividade física: identificar, diagnosticar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar, executar, programar, ministrar, prescrever, desenvolver, coordenar, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem, aperfeiçoamento, orientação e treinamento técnico e tático de modalidades desportivas, na área formal e não formal.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

26. Sobre as infrações e sanções disciplinares, de acordo com o Estatuto do CONFEF, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Constitui infração disciplinar exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício por pessoa não registrada no CREF.
- (B) Constitui infração disciplinar exercer a profissão sem o devido registro no Sistema CONFEF/CREFs.
- (C) As sanções disciplinares consistem em advertência escrita, sempre com aplicação de multa; censura pública; suspensão do exercício da profissão; cancelamento do registro profissional e divulgação do fato; cassação e repúdio.
- (D) Configura infração disciplinar incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional.
- (E) Consiste infração disciplinar praticar crime infamante.

27. De acordo com a Resolução CONFEF nº 163/2008, que dispõe sobre a concessão de baixa e cancelamento do registro de Pessoas Jurídicas, analise as assertivas abaixo.

- I. O cancelamento de registro ocorrerá quando for excluído do objeto social da Pessoa Jurídica o oferecimento e/ou prestação de serviços nas áreas de atividades físicas, desportivas e similares, apresentando a devida comprovação perante a Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.
- II. O cancelamento dar-se-á mediante requerimento do responsável legal da Pessoa Jurídica direcionado ao Presidente do respectivo CREF, juntamente com as razões do pedido, acompanhado da documentação comprobatória que o justifique, ou declaração firmada de inteira responsabilidade do mesmo, sob as penas da lei, de que a partir do momento do pedido de cancelamento, não mais oferecerá e/ou prestará serviços de atividades físicas, desportivas e similares.
- III. A Pessoa Jurídica, através de seu representante legal, poderá, a qualquer tempo, requerer sua reinscrição, mediante requerimento instruído da identificação do número de registro original, sujeitando-se às disposições normativas vigentes de recolhimento de obrigações pecuniárias.
- IV. O cancelamento e/ou baixa, quando aplicados, não implicam remissão dos débitos porventura existentes, de responsabilidade da Pessoa Jurídica cujo registro é cancelado e/ou baixado, cabendo aos CREFs proceder à cobrança.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

28. A respeito dos recursos, segundo o Código Processual Regional de Ética, analise as assertivas abaixo.

- I. As partes poderão interpor recurso ao Conselho Regional de Educação Física correspondente à Comissão de Ética Profissional (CEP) que exarou a decisão, passando a atuar o mesmo como Tribunal Regional de Ética (TRE). A interposição de recurso não suspende, todavia, a aplicação da pena imposta.
- II. Os recursos de incidentes de instrução serão julgados pela Comissão de Ética Profissional (CEP), e os recursos de suspeição ou impedimento serão julgados pelo Tribunal Regional de Ética (TRE).
- III. O prazo de interposição para todos os recursos será de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da ciência da decisão ou da juntada do comprovante de Aviso de Recebimento (AR) aos autos, os quais deverão ser protocolados na sede do respectivo CREF ou na Secional onde estiver tramitando o processo, em duas vias, sendo uma para contra-recibo da parte.
- IV. Em grau recursal, é possível a apresentação de fatos novos.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

29. O Código Processual Regional de Ética, quanto ao julgamento dos processos, prevê que

- (A) o julgamento em primeira instância deverá ser realizado em data previamente designada pela Comissão de Ética Profissional (CEP) e terá a participação obrigatória dos 5 (cinco) membros designados.
- (B) é incabível sustentação oral pelas partes na sessão de julgamento.
- (C) caso o denunciado seja revel, será obrigatória a presença de defensor dativo à sessão de julgamento.
- (D) havendo decisão, por maioria, sobre a procedência dos fatos, passar-se-á à votação da pena a ser aplicada, sendo certo que todos os membros se manifestarão sobre a penalidade.
- (E) uma vez proclamado o resultado, e após trânsito em julgado, a decisão da Comissão de Ética Profissional (CEP) será encaminhada ao Presidente do respectivo CREF, que expedirá ofício comunicando a decisão ao interessado, dentro do limite máximo de 20 (vinte) dias, devendo ainda essa decisão ser comunicada ao correspondente Plenário, acompanhada apenas do dispositivo da decisão tomada.

30. O Código Processual Regional de Ética, aprovado pela Resolução CONFEF nº 137/2007 e em relação à instrução do processo, prevê que

- (A) quando o denunciado, devidamente intimado, não comparecer à sessão designada para instrução, será aplicada pena de confissão quanto à matéria fática e de direito, ficando preclusa a apresentação de alegações finais.
- (B) o denunciado terá direito a participar de todas as sessões, bem como ao depoimento pessoal do denunciante (se houver), das testemunhas de acusação e demais provas acostadas aos autos ou colhidas em audiência, bem como produzir contraprova.
- (C) a ausência da testemunha indicada pela parte, para comparecimento espontâneo, provocará a redesignação da sessão e sua regular intimação para apresentação.
- (D) a Comissão de Ética Profissional (CEP) deverá se ater às provas realizadas pelas partes, não podendo pretender a realização de outras não pleiteadas pelas partes.
- (E) as partes poderão juntar documentos até a data da última sessão a ser designada, ficando vedada a apresentação depois dela, sob pena de desentranhamento dos documentos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Assinale a alternativa que apresenta um entendimento sumular correto em relação ao Mandado de Segurança.

- (A) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de Mandado de Segurança.
- (B) A entidade de classe tem legitimação para o Mandado de Segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- (C) É inconstitucional a lei que fixa o prazo de decadência para impetração do Mandado de Segurança.
- (D) Cabe Mandado de Segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- (E) Mandado de Segurança é cabível contra lei em tese.

32. Sobre o Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Compõe-se de, no mínimo, 11 (onze) Ministros.
- (B) Compete processar e julgar, originariamente, os Mandados de Segurança e o *Habeas Data* contra ato de Ministro de Estado e do Procurador-Geral da República.
- (C) Compete julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado Estrangeiro ou organismo internacional de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- (D) Processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais de Contas da União.
- (E) Processar e julgar originariamente as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

33. Sobre a Advocacia Pública, conforme disciplinada na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. O Chefe da Advocacia-Geral da União é o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- II. A representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- III. Nos concursos públicos de provas e títulos destinados à seleção de Procuradores dos Estados, é imprescindível a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

34. Sobre a separação das funções do Estado no texto legal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) É constitucional a criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do poder judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.
- (B) O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- (C) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- (D) É incompetente a justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.
- (E) A Constituição não consagrou, expressamente, a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.

35. Sobre o cabimento do *habeas corpus* e de acordo com o entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- (B) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- (C) Não cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de perda de função pública.
- (D) Não está sujeita a recurso *ex officio* a sentença de primeira instância concessiva de *habeas corpus* em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.
- (E) Ainda que não esteja em causa a liberdade de locomoção, é cognoscível o recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre ônus das custas.

36. Sobre os direitos e garantias individuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora a casa seja asilo inviolável do indivíduo, alguém pode nela entrar, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- (C) Em nenhuma hipótese é possível privar alguém de direitos por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política.
- (D) É permitida a associação de caráter paramilitar.
- (E) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, mas não extrajudicialmente.

37. Sobre os sentidos, conceito e conteúdo de Constituição, analise as assertivas abaixo.

- I. A Constituição, segundo a conceituação sociológica de Ferdinand Lassale, só seria legítima se representasse o efetivo poder social e refletisse as forças sociais que constituem o poder. Para esse autor, a Constituição seria a somatória dos fatos reais do poder dentro de uma sociedade.
- II. Carl Schmitt é responsável pelo sentido jurídico de Constituição, segundo o qual, esta é uma norma fundamental hipotética.
- III. Há doutrinas que diferenciam os conceitos de Constituição e de Carta. Nesse sentido, Constituição é lei fundamental promulgada, democrática ou popular, que teve origem em uma Assembleia Nacional Constituinte, enquanto Carta é nome reservado àquela Constituição outorgada, imposta de maneira unilateral pelo agente revolucionário mediante ato arbitrário e ilegítimo.
- IV. Uma Constituição rígida, ao contrário de uma Constituição flexível, não poderá ser alterada.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

38. Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.717, em relação à atividade dos Conselhos de Fiscalização Profissional, analise as assertivas abaixo.

- I. Não é possível delegar a uma entidade privada uma atividade típica de Estado como o poder de polícia, de tributar e de punir no que se refere ao exercício de atividades profissionais.
- II. As contribuições anuais podem ser fixadas pelos Conselhos Profissionais e possuem natureza jurídica de tributo.
- III. Os Conselhos Regionais Profissionais, assim como sucede com o Conselho Federal, não estão sujeitos à prestação de contas do Tribunal de Contas da União.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

39. Quanto ao entendimento acerca do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- (B) A revogação ou anulação, pelo Poder Executivo, de aposentadoria, ou qualquer outro ato aprovado pelo Tribunal de Contas, produz efeitos ainda que não aprovada por esse tribunal.
- (C) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- (D) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Executivo.
- (E) Não têm eficácia de título executivo as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa.

40. Sobre o Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe condenação em honorários de advogado na ação de Mandado de Segurança.
- (B) Cabe Mandado de Segurança contra lei em tese.
- (C) Concessão de Mandado de Segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
- (D) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do Mandado de Segurança contra omissão da autoridade.
- (E) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o Mandado de Segurança.

41. Sobre o *Habeas Data*, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) *Habeas Data* contra atos do Procurador-Geral da República será processado e julgado originariamente no Supremo Tribunal Federal (STF).
- (B) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já manifestou entendimento de que mesmo as sociedades de economia mista se enquadram no conceito de entidade governamental para fins de impetração do *Habeas Data*.
- (C) Cabe *Habeas Data* ainda que não tenha havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- (D) Os processos de *Habeas Data* terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto *Habeas Corpus* e Mandado de Segurança.
- (E) Da sentença que conceder ou negar o *Habeas Data* cabe apelação.

42. Conforme a disciplina legal, jurisprudencial e doutrinária do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- (B) Os Conselhos de Fiscalização não precisam realizar concurso público para contratação de seus funcionários.
- (C) Conforme evolução da jurisprudência, a correção das dívidas trabalhistas da Fazenda Pública, atualmente, se dá pelos índices da caderneta de poupança.
- (D) Em sede de terceirização, é aplicável a teoria da responsabilidade objetiva para o ente público que atua na qualidade de tomador de serviços quando a empresa interposta é inadimplente quanto aos direitos do trabalhador.
- (E) Não serão convalidados os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo, por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública indireta, continua a existir após a sua privatização.

43. De acordo com o Código Penal brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena.
- (B) O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, poderá diminuir a pena.
- (C) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (D) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória.
- (E) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o tempo da ação ou omissão que lhe deu causa.

44. Sobre o entendimento sumular dos tribunais superiores acerca da execução fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença proferida contra as autarquias não está sujeita a reexame necessário, salvo quando sucumbente em execução de dívida ativa.
- (B) Compete à Justiça Federal ou aos juízes com competência delegada o julgamento das execuções fiscais de contribuições devidas pelo empregador ao FGTS.
- (C) Compete à Justiça Estadual processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de fiscalização profissional.
- (D) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada.
- (E) A Fazenda Pública não pode substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal.

45. Sobre as peculiaridades de atuação das pessoas jurídicas de direito público no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) No procedimento sumário, sendo ré a Fazenda Pública, o juiz designará a audiência de conciliação no prazo de 60 (sessenta) dias do ajuizamento da ação.
- (B) A Fazenda Pública tem prazo de 5 (cinco) dias para interposição de agravo de instrumento.
- (C) O benefício de prazo dilatado para a Fazenda Pública se aplica também aos prazos judiciais.
- (D) Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, previsto no artigo 188 do CPC, aplica-se ao Estado estrangeiro.
- (E) Existe construção jurisprudencial no Supremo Tribunal Federal (STF) segundo a qual o prazo dilatado para Fazenda Pública estabelecido no artigo 188 do CPC se aplica perfeitamente ao processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade.

46. Em relação às pessoas jurídicas de direito público no processo civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A Fazenda Pública, quando parte no processo, não fica sujeita à exigência de depósito prévio dos honorários do perito.
- (B) Na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com o transporte dos oficiais de justiça.
- (C) Na ausência de lei específica ou convênio, é devido o pagamento de custas e emolumentos pela pessoa jurídica de direito público que litigue em Justiça diversa, por exemplo, quando o ente público estadual litiga na Justiça Federal ou o ente federal é parte na Justiça Estadual.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui orientação no sentido de que, vencida a Fazenda Pública ou nas causas em que não houver condenação, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do artigo 20, §4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.
- (E) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

47. Considerando o Poder Público como réu, analise as assertivas abaixo.

- I. A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, exceto, entre outros casos, quando for ré pessoa de direito público.
- II. Nas ações de manutenção e de reintegração de posse contra as pessoas jurídicas de direito público, não será deferida a manutenção ou reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- III. O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu Prefeito ou Procurador.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

48. Sobre o reexame necessário de sentença, assinale a alternativa correta.

- (A) Transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, mais conhecido como reexame necessário, que se considera interposto *ex lege*.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui jurisprudência segundo a qual qualquer decisão desfavorável ao ente público está sujeita ao reexame necessário, inclusive as sentenças terminativas.
- (C) Sentenças ilíquidas proferidas contra a União, Distrito Federal, Estados, Municípios, autarquias e fundações de direito público estão sujeitas ao reexame necessário.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça (STJ), consoante diversos precedentes da Corte Especial, firmou entendimento no sentido de que o reexame necessário em processo de execução não se limita à hipótese de procedência dos embargos opostos em execução de dívida ativa, sendo cabível nos demais casos de embargos do devedor.
- (E) Não se aplica o reexame necessário sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, mas será aplicável no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

49. Sobre a execução fiscal e de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- (B) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- (C) Permite-se à Fazenda Pública substituir o sujeito passivo da execução, por intermédio de substituição de Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos.
- (D) Na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com o transporte dos oficiais de justiça.
- (E) É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

50. Sobre a denúncia espontânea, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe denúncia espontânea quando se tratar de tributo declarado e não pago.
- (B) Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a denúncia espontânea se aplica ao descumprimento de obrigações puramente formais ou acessórias.
- (C) Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), pagamento parcelado viabiliza exclusão das multas pela denúncia espontânea.
- (D) Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- (E) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

51. Sobre a definição de Direito Tributário e de tributos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Código Tributário Nacional é formalmente lei ordinária e materialmente lei complementar.
- (B) Em regra, um tributo é instituído em lei, mas a Constituição Federal prevê exceção.
- (C) Conforme o Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação, demais características formais adotadas pela lei e destinação legal do produto da sua arrecadação.
- (D) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (E) A Constituição Federal prevê o princípio da capacidade contributiva para impostos, taxas e contribuições de melhoria.

52. Sobre as espécies de tributo, assinale a alternativa correta.

- (A) É constitucional a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção, tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- (B) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- (C) Não viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.
- (D) A cobrança a título de água e esgoto é considerada tributo.
- (E) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.

53. Com base nos princípios constitucionais tributários e nas limitações ao poder de tributar, analise as assertivas abaixo.

- I. Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a proibição de concessão de isenções tributárias heterônomas só é aplicável no plano das relações institucionais domésticas que se estabelecem entre as pessoas físicas de direito público interno.
- II. A imunidade tributária abrange apenas impostos.
- III. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) firmou-se no sentido de que a imunidade de que trata o artigo 150, VI, "a" da CF, somente se aplica a impostos incidentes sobre serviços, patrimônio ou renda do próprio município.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

54. Sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Dívida Ativa da Fazenda Pública não compreende a não tributária.
- (B) Até a citação do executado, a Certidão de Dívida poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- (C) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.
- (D) A citação por edital na execução fiscal é cabível ainda que não frustradas as demais modalidades.
- (E) Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.

55. Sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Dívida Ativa da Fazenda Pública não abrange juros, multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- (B) O executado ausente do país será citado por edital, com prazo de 90 (noventa) dias.
- (C) A execução fiscal é lastreada num título executivo judicial denominado Certidão de Dívida Ativa (CDA).
- (D) A Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- (E) Na execução fiscal, são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

56. Em relação à Lei de Introdução e às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil adotou o sistema da obrigatoriedade simultânea das leis segundo o qual, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.
- (B) O direito estrangeiro jamais poderá ser aplicado pelo juiz brasileiro.
- (C) A repristinação é regra no ordenamento brasileiro.
- (D) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se 6 (seis) meses depois de oficialmente publicada.
- (E) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

57. Sobre o direito obrigacional e sobre os bens, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- (B) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- (C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa ou má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- (D) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- (E) São consideradas benfeitorias necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

<p>58. Sobre o contrato de depósito, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Pelo contrato de depósito, recebe o depositário um objeto imóvel, para guardar, até que o depositante o reclame.</p> <p>(B) Ainda que o contrato fixe prazo para restituição, em regra, o depositário entregará o depósito tão logo que se lhe exija.</p> <p>(C) Pode o depositário, sem licença expressa do depositante, servir-se da coisa depositada.</p> <p>(D) O contrato de depósito, em regra, é oneroso.</p> <p>(E) Se o depositário se tornar incapaz, o depósito transmite-se à pessoa que lhe assumir a administração dos bens.</p>	<p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, III e IV, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, apenas.</p> <p>(D) I, II, III e IV.</p> <p>(E) IV, apenas.</p>
<p>59. Sobre o contrato de comodato, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Não é classificado como contrato real.</p> <p>(B) O comodato é o empréstimo de coisas fungíveis.</p> <p>(C) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.</p> <p>(D) Não é possível configurar-se solidariedade no comodato ainda que 2 (duas) ou mais pessoas sejam simultaneamente comodatárias.</p> <p>(E) Ainda que o comodatário se constitua em mora, o comodato é sempre gratuito.</p>	<p>62. Com base nos princípios do Direito Administrativo e no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a norma local que proíbe a contratação, pelo Município, dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até 6 (seis) meses após o fim do exercício das respectivas funções, ofende o princípio da legalidade e invade a competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação.</p> <p>(B) Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que não ofende o princípio da isonomia a remarcação da prova física de concurso público para candidata gestante.</p> <p>(C) O princípio da eficiência veio expressamente previsto no ordenamento jurídico brasileiro com a redação original da Constituição Federal de 1988 e significa o dever da Administração Pública realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.</p> <p>(D) Conforme o princípio da autotutela, a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.</p> <p>(E) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou do servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício do cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas não viola a Constituição Federal.</p>
<p>60. É característica do regime jurídico administrativo, exceto:</p> <p>(A) a presunção de legitimidade dos atos administrativos.</p> <p>(B) realizar os fins desejados pelo Estado de modo abstrato, direto e mediato.</p> <p>(C) a desigualdade jurídica entre Administração e os administrados.</p> <p>(D) a necessidade de poderes discricionários para a Administração atender ao interesse público.</p> <p>(E) a sujeição de decisões à revisão judicial.</p>	
<p>61. Sobre a função administrativa, analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. O Estado é constituído de 3 (três) elementos originários e indissociáveis: povo, território e governo soberano.</p> <p>II. Ocorre desconcentração quando o Estado executa suas atividades, indiretamente, por entidades dotadas de personalidade jurídica.</p> <p>III. As Entidades da Sociedade Civil formam o Primeiro Setor.</p> <p>IV. O Quarto Setor é formado por núcleo estratégico correspondente ao governo, em sentido lato. É o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento.</p>	

63. Sobre a estrutura da Administração Pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Ocorre desconcentração territorial ou geográfica com a criação de território federal, também chamados de autarquias territoriais ou geográficas.
- (B) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- (C) Autarquia somente pode ser criada por lei específica.
- (D) O Supremo Tribunal Federal (STF) considera válida a norma local que subordina a nomeação de dirigentes de autarquias ou fundações à prévia aprovação da Assembleia Legislativa.
- (E) A Presidência da República detém personalidade jurídica de direito público.

64. Sobre o entendimento dos tribunais superiores em relação aos servidores públicos e aos concursos públicos, analise as assertivas abaixo.

- I. Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes.
- II. O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que há violação a direito líquido e certo no estabelecimento de limites no número de candidatos considerados aptos em determinada etapa dos concursos públicos para prosseguir nas demais fases (cláusula de barreira).
- III. Conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é possível exigir a devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.
- IV. O regime jurídico dos conselhos de fiscalização profissional atualmente é estatutário.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

65. Sobre o Processo Administrativo Federal, conforme a Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos processos administrativos, é permitida a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
- (B) A edição dos atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (C) O desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos.
- (D) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (E) Havendo vários interessados no processo administrativo, a desistência ou renúncia de um atinge a todos.

66. Sobre o Processo Administrativo Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. Supre a motivação dos atos administrativos a declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- II. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- III. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem a prévia manifestação do interessado.
- IV. É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

67. Sobre o Processo Administrativo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício.
- (B) O servidor deverá orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas de documentos apresentados à Administração.
- (C) Para fins de processo administrativo, são capazes os maiores de 18 (dezoito) anos.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo disciplinar ofende a Constituição.
- (E) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando a decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie interessado, excetuada apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

68. Em relação aos entendimentos dos tribunais superiores sobre os servidores públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- (B) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
- (C) Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- (D) O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço está sujeito ao imposto de renda.
- (E) A exigência de concurso público para admissão de pessoal se estende a toda a Administração indireta, nela compreendidas as autarquias, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e, ainda, as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, mesmo que visem a objetivos estritamente econômicos, em regime de competitividade com a iniciativa privada.

69. Sobre as normas constitucionais que disciplinam os servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) É obrigatória a avaliação periódica de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (C) O servidor público estável só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- (D) É permitida a acumulação remunerada de 2 (dois) cargos de professor, desde que sejam compatíveis os horários.
- (E) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

70. Analise as situações hipotéticas abaixo.

1. Joana, servidora pública, foi eleita Deputada Federal.
2. Florinda, servidora pública, foi eleita Deputada Estadual.
3. Janice, servidora pública, foi eleita Vereadora.
4. Viviane, servidora pública, foi eleita Prefeita.

Dessa forma, é correto afirmar que

- (A) se Janice assumir mandato de Vereadora, deverá afastar-se do cargo que ocupa como servidora pública ainda que haja compatibilidade de horários.
- (B) se Joana assumir o mandato de Deputada Federal, deverá afastar-se do cargo que ocupa como servidora pública.
- (C) se o horário for compatível, Florinda poderá continuar no exercício de seu cargo público como servidora e também de Deputada Estadual.
- (D) Viviane poderá continuar no cargo de servidora pública e assumir o cargo de Prefeita se os horários das funções forem compatíveis.
- (E) Viviane, assumindo o mandato como Prefeita, não possui faculdade de optar pela remuneração de seu cargo de servidora pública.

PROVA DISCURSIVA

Leia a situação abaixo que irá servir de base para a confecção da peça processual.

A prefeitura de Curitiba (PR) efetuou o lançamento tributário direto relativo ao Imposto Sobre Serviços (ISS) de sua competência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), por entender que esta se enquadra como contribuinte do ISS, incidente sobre as atividades exercidas pela empresa, todas constantes da lista de serviços anexa à lei municipal tributária aplicável à espécie, mas que não tenham características de serviços postais (cobranças e recebimentos por contas de terceiros, protesto de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos pagos, manutenção de títulos vencidos entre outros).

Todavia, a empresa, que se encontra no prazo regular para pagamento do ISS, não quitou o imposto por discordar de sua cobrança, entendendo não ser seu contribuinte, ante a função social e a essencialidade dos serviços que prestam no País.

Ciente de que a referida empresa pretende viabilizar demanda judicial para a defesa dos seus interesses, uma vez que não houve oferecimento de defesa administrativa em tempo hábil, bem como, contados da data da notificação do lançamento tributário até o presente momento, consumaram-se 20 (vinte) dias, redija, na qualidade de advogado da ECT, a petição necessária para solucionar o caso de maneira mais célere e menos custosa, com base no direito material e processual pertinente, ciente da desnecessidade de provas que não sejam documentais.

Observação: os dados não fornecidos neste enunciado **não** devem ser criados pelo próprio candidato. Para que a escritura fique completa, com **todos os elementos necessários** de acordo com as leis e demais normas, inclusive administrativas, deve-se fazer referência ao elemento que está sendo citado, seguido de reticências (...) (exemplo: nome...).

RASCUNHO